

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
Divisão de Apoio às Comissões  
CAM  
Nº Único 465916  
Entrada/Assunto nº 108 Data 14.05.2013



Exmo. Senhor  
Presidente da Comissão de Agricultura e do Mar  
Deputado Vasco Cunha

**Assunto:** Audição da Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território

Quando se aproxima a denominada época de incêndios florestais, todos os agentes, civis ou políticos, que direta ou indiretamente estão ligados a esse fenómeno manifestam preocupações relacionadas com o combate e com a prevenção estrutural.

Se é certo que o pilar do combate aos incêndios florestais tem sido aquele que mais atenção e mais relevo tem tido, junto da sociedade em geral, antes do início das mais complicadas fases (Bravo, Charlie e Delta), também é certo que as questões relacionadas com o pilar da prevenção estrutural é o que tem tido mais relevo depois de terminada a época dos incêndios florestais.

Esta hierarquização não deixa de ser singular uma vez que no final da cada época de incêndios todos os agentes (políticos e civis), invariavelmente, referem que os incêndios florestais combatem-se no inverno, com as imprescindíveis ações de prevenção.

E é exatamente sobre as questões relacionadas com a prevenção estrutural que os deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista estão preocupados.

Na realidade, os dados a que o GPPS teve acesso mostram que o governo continua a privilegiar o combate aos incêndios florestais em detrimento da prevenção florestal, numa opção que se percebe agora ser meramente política.

Enquanto o Ministério da Administração Interna volta a reforçar o seu orçamento para o combate, o Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território mantém o mesmo nível de investimento. Com esta decisão política não há nenhum sinal de inversão de prioridades nesta matéria.

Como resultado desta opção, tem-se verificado uma diminuição expressiva da execução das ações no âmbito da prevenção estrutural como é demonstrado pelos números apresentados pelo ICNF (relatório do balanço dos incêndios florestais, novembro de 2012) situação que se poderá repetir este ano.

Segundo os resultados de um inquérito realizado pelo GPPS junto dos municípios do continente, os PMDFCI têm uma execução muito aquém do programado (na ordem dos 36%) e, face aos constrangimentos financeiros e burocráticos, esta é uma tendência que não se deve alterar substancialmente em 2013.

Além destes dados preocupantes, verificaram-se este ano situações anómalas, como a contratação das equipas de sapadores florestais das autarquias e juntas de freguesia e dos técnicos de DFCI do ICNF, que criaram alguma instabilidade operacional e podem ter provocado atrasos na realização dos trabalhos de que são responsáveis.

Torna-se, portanto, necessário e importante perceber qual o impacto que esta instabilidade e paragem terá provocado na prevenção estrutural.

Tendo em conta o exposto anteriormente, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vem requerer a Vossa. Exa. a marcação de uma audição parlamentar à Sra. Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, no sentido de questionar e debater sobre os assuntos referidos anteriormente e que se inserem no âmbito da prevenção estrutural, contribuindo desta forma para a inversão da hierarquização pela qual se poderá vir a abordar futuramente o problema sistémico, como são os incêndios florestais.

Os deputados

Miguel Freitas, Jorge Fão, Isabel Santos, Fernando Jesus, Renato Sampaio, Rosa Albernaz, João Paulo Pedrosa, João Portugal, Manuel Seabra, Paulo Campos, Rui Pedro Duarte, Acácio Pinto, Glória Araújo